

**DA REEDIÇÃO DE DESIGNING SOCIAL INQUIRY À EDIÇÃO DOS NOVOS
DEBATES METODOLÓGICOS**

***DE LA REEDICIÓN DE DESIGNING SOCIAL INQUIRY A LA EDICIÓN DE NUEVOS
DEBATES METODOLÓGICOS***

***FROM THE NEW EDITION OF DESIGNING SOCIAL INQUIRY TO THE REEDITION
OF NEW METHODOLOGICAL DEBATES***



Enzo LENINE¹
e-mail: lenine@ufba.br

Como referenciar este artigo:

LENINE, E. Da reedição de designing social inquiry à edição dos novos debates metodológicos. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. 00, e023024, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32i00.1017>



| **Submetido em:** 10/01/2023
| **Revisões requeridas em:** 20/04/2023
| **Aprovado em:** 10/09/2023
| **Publicado em:** 17/12/2023

Editores: Profa. Dra. Simone Diniz
Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas
Profa. Dra. Mércia Kaline Freitas Alves
Dr. Vinícius Silva Alves

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA – Brasil. Doutor em Ciência Política (Professor Adjunto).
Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 32, n. 00, e023024, 2023. e-ISSN: 2236-0107
DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32i00.1017>

RESUMO: O artigo revisita as discussões metodológicas propostas na obra de KKV por ocasião da publicação de uma nova edição de *Designing Social Inquiry*. Utilizo como ponto de partida a obra de KKV para analisar as discussões contemporâneas sobre causalidade, explicação e ciência. Parte-se da premissa de que a lógica inferencial de KKV projeta-se como um modelo único de produção de conhecimento, o que contrasta com a pluralidade de concepções dentro da Ciência Política e das Relações Internacionais. Recorrendo aos aportes da filosofia das ciências sociais para avaliar a obra e os debates contemporâneos em ambas disciplinas, aponto três problemáticas na obra de KKV: o problema da causalidade, o problema da explicação e o problema da unificação metodológica. A análise desses problemas evidencia a lógica de ciência que KKV projetam sobre as disciplinas de Ciência Política e RI, sintetizada em uma visão de causalidade oriunda do modelo de Rubin-Holland, centrada na explicação causal como única forma de explicação legítima, e proposta como modelo universal de produção de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia política. Debates metodológicos. Quanti vs. Quali. Explicação causal. KKV.

RESUMEN: *El artículo revisa las discusiones metodológicas propuestas en la obra de KKV con motivo de la publicación de una nueva edición de *Designing Social Inquiry*. Utilizo la obra de KKV como punto de partida para analizar los debates contemporáneos sobre causalidad, explicación y ciencia. La premisa es que la lógica inferencial de KKV se proyecta como un modelo único de producción de conocimiento, lo que contrasta con la pluralidad de concepciones dentro de la Ciencia Política y las Relaciones Internacionales. Utilizando las aportaciones de la filosofía de las ciencias sociales para evaluar la obra y los debates contemporáneos en ambas disciplinas, señalo tres problemas en la obra de KKV: el problema de la causalidad, el problema de la explicación y el problema de la unificación metodológica. El análisis de estos problemas pone de manifiesto la lógica de la ciencia que KKV proyecta sobre las disciplinas de la Ciencia Política y las RRII, resumida en una visión de la causalidad derivada del modelo Rubin-Holland, centrada en la explicación causal como única forma de explicación legítima, y propuesta como modelo universal de producción de conocimiento.*

PALABRAS CLAVE: Metodología política. Debates metodológicos. Quanti vs. Quali. Explicación causal. KKV.

ABSTRACT: *The article revisits the methodological discussions proposed in KKV's work on the occasion of the publication of a new edition of *Designing Social Inquiry*. The starting point is KKV's work, which is used to analyse contemporary discussions on causality, explanation and science. The premise is that KKV's inferential logic is projected as a single model for producing knowledge, which contrasts with the plurality of conceptions within Political Science and International Relations. Using the contributions of the philosophy of social sciences to evaluate the work and contemporary debates in both disciplines, three problems in KKV's work are pointed out: the problem of causality, the problem of explanation and the problem of methodological unification. The analysis of these problems highlights the logic of science that KKV projects onto the disciplines of Political Science and IR, summarized in a vision of causality derived from the Rubin-Holland model, centered on causal explanation as the only form of legitimate explanation, and proposed as a universal model for the production of knowledge.*

KEYWORDS: *Political methodology. Methodological debates. *Quanti vs. Quali*. Causal explanation. KKV.*

Introdução

Em 2021, e quase três décadas mais tarde, foi publicada uma nova edição do emblemático livro de metodologia *Designing Social Inquiry: Scientific Inquiry in Qualitative Research* (doravante, DSI), dos cientistas políticos Gary King, Robert O. Keohane e Sydney Verba (doravante, KKV). Considerada uma das obras fundamentais para o ensino de metodologia nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais no Brasil e no mundo, o texto de KKV – como ficou conhecido – marcou não só um debate metodológico, como determinou os rumos tomados pela metodologia política nas décadas seguintes à sua publicação (DOWDING, 2016). Em larga medida, o cisma entre quantitativistas e qualitativistas, já profundo em 1994, quando da primeira edição da obra, adquire novos contornos com as questões suscitadas e, principalmente, soluções propostas por KKV. Subjacente ao texto havia uma tentativa de tornar as ciências sociais, especificamente a Ciência Política, mais “científicas”, em especial os trabalhos associados às tradições qualitativas. A solução para tal seria o reconhecimento da lógica inferencial como o modelo de produção de conhecimento sobre os fenômenos políticos e internacionais, lógica esta que poderia ser ajustada às pesquisas qualitativas – e, daí, o fato de o livro ser direcionado em seu subtítulo ao público qualitativista (KING; KEOHANE; VERBA, 1994; 2021).

A nova edição surge em um momento de reativação de cismas metodológicos na disciplina. No contexto atual, não só a obra de KKV foi apreciada e criticada por diferentes

cientistas políticas, como também outros movimentos dentro da disciplina provocaram reações a tentativas – por vezes sutis, mas frequentemente declaradas – de definir modelos pré-determinados de produção de conhecimento (ISAACS, 2015; KING, 2014; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016). No começo dos anos 2000, o Movimento Perestroika ditou a tônica das cisões teóricas e metodológicas na disciplina, principalmente no que era visto como uma espécie de predileção não declarada por abordagens quantitativas e formais; já nos anos 2010, o estabelecimento da iniciativa *Data Access and Research Transparency* (DA-RT) da *American Political Science Association* (APSA) provocou novas reações na academia (LENINE; MÖRSCHBÄHCER, 2019; 2020). Em todas essas ocasiões, uma visão de ciência tentava se impor sobre as demais, como se a produção de conhecimento científico fosse algo único e descomplicado (HAWKESWORTH, 2015). Portanto, é nesse acumulado de debates, questões, críticas e embates que se situa a nova edição de DSI.

Por tal razão, a rediscussão de uma obra tão relevante se faz premente. Ora, se o que entendemos por conhecimento científico e metodologia política hoje reflete as discussões presentes em KKV e geradas a partir da obra, visitar essa nova edição três décadas depois implica em se questionar acerca da arquitetura da Ciência Política e das Relações Internacionais atuais, reconhecendo como ambas foram impactadas pelo texto dos autores. Tal é o objetivo desse artigo: examinar DSI, porém não na forma de uma tradicional revisão de texto, mas sobretudo sob uma perspectiva crítica acerca das questões produzidas pela obra. Nesse sentido, considero três temas que merecem atenção em KKV e que ecoam persistentes disputas epistemológicas e metodológicas dentro da Ciência Política e das RI: o problema da causalidade, o problema da explicação e o problema da unificação metodológica. Essas três problemáticas perpassam toda a obra de KKV, e nelas se firma seu argumento central sobre a existência de: 1. Uma lógica única de ciência, a inferencial; 2. A produção de explicações causais; 3. A causalidade como uma relação probabilística associada ao modelo de Rubin-Holland.

De antemão, é preciso demarcar alguns pontos sobre este artigo. Primeiramente, os argumentos que delineio não desmerecem ou rejeitam a obra de KKV. Muito pelo contrário: se hoje DSI ainda é uma obra viva, reverberando em nossas pesquisas e merecedora de uma nova edição, é porque ela assumiu um papel de profunda relevância para a metodologia na Ciência Política e nas RI. Revisitá-la e discuti-la, mesmo que criticamente, confirma essa importância e demonstra a sua atualidade para a disciplina. Em segundo lugar, o termo “problemas” usado anteriormente refere-se mais a problemáticas ou questões epistemológicas e metodológicas, do

que a um defeito argumentativo. Opto por mantê-lo, porém, porque salienta a necessidade de nos atentarmos para a diversidade de perspectivas sobre os temas a que se referem, algo que é por vezes mascarado no texto de KKV, como se tais problemas não existissem ou fossem facilmente solucionáveis.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, traço um panorama de DSI, sintetizando os argumentos centrais de cada capítulo. Na sequência, apresento o problema da causalidade, apontando como ele surge em KKV e como ele é percebido na filosofia das ciências sociais e nos debates metodológicos contemporâneos. Na terceira seção, discuto o problema da explicação, assumida como intrinsecamente causal por KKV. A explicação, porém, é mais contenciosa do que a visão dos autores, principalmente dentro do contexto dos mecanismos causais e da virada interpretativa, para não mencionar a própria filosofia da ciência e das ciências sociais. Na quarta seção, discuto a concepção de uma única lógica inferencial, questionada por qualitativistas afiliados à ideia de causalidade e por interpretivistas, e como ela envolve uma concepção de ciência pouco plural – senão dogmática. Finalmente, saliento os desafios para o tipo de ciência da política e do internacional proposta por KKV na contemporaneidade, bem como faço justiça ao valor da obra para a discussão metodológica em Ciência Política e RI.

Designing Social Inquiry: breve panorama da obra

DSI foi publicada pela primeira vez em 1994, resultando da cooperação de três cientistas políticos, dois deles renomados na Ciência Política (Sydney Verba e Gary King) e um nas RI (Robert Keohane). Sua centralidade em diferentes campos de estudos nessas disciplinas resulta de suas experiências anteriores com pesquisa, o que os levou a produzir uma obra que sistematizava a produção de conhecimento sobre os fenômenos políticos e internacionais. A princípio, DSI foi pensada como um guia para a pesquisa qualitativa, vez que, segundo os autores, ela carecia de uma sistematização mais transparente e objetiva de seus procedimentos metodológicos (KING; KEOHANE; VERBA, 1994; 2021). Porém, a vasta maioria dos seus argumentos é referenciada nas abordagens quantitativas, recorrendo constantemente a formalizações típicas desse modelo de pesquisa.

A nova edição de 2021 traz os mesmos seis capítulos da primeira edição, acrescidos de um prefácio escrito por King e Keohane. Intitulado “*Designing Social Inquiries: K and K on KKV*”, o prefácio faz um balanço dos impactos do livro; reafirma o contexto da primeira edição,

qual seja, o de auxiliar no aprimoramento da pesquisa qualitativa; e apresentam uma visão otimista e conciliadora entre qualitativistas e quantitativistas (KING; KEOHANE; VERBA, 2021). Mais notável, porém, é a quantificação do impacto da obra de 1994 por meio da avaliação do uso da inferência nos artigos acadêmicos publicados nos dez periódicos de maior impacto na disciplina em 1990 e 2019², de acordo com King e Keohane, “em 1990, 13% dos artigos usavam essa linguagem [da inferência], enquanto em 2019, 71% usavam-na” (KING; KEOHANE; VERBA, 2021, p. 14). Essa transformação no output das pesquisas demonstraria, segundo os autores, uma maior atenção para a inferência e as questões a ela associadas.

Como mencionado, a nova edição reproduz os capítulos originais, os quais examino brevemente a seguir. O capítulo 1 é, provavelmente, o mais conhecido entre estudantes e pesquisadoras brasileiras nas graduações e pós-graduações de Ciência Política e Relações Internacionais do país. Nele, KKV traçam mais do que um panorama geral do livro: os autores constroem os alicerces do que entendem por ciência e como tal entendimento está fundado em uma única lógica de produção de conhecimento, qual seja, a inferencial. Aqui se destacam quatro máximas que orientam o livro, quais sejam: o objetivo da pesquisa científica é a inferência, seja ela descritiva, seja ela explicativa (*id est*, causal); os procedimentos analíticos da ciência são públicos; as conclusões de qualquer pesquisa científica são permeadas por incertezas devido à complexidade e às não-linearidades do mundo real; e (talvez a mais importante) o conteúdo da ciência é o método (KING; KEOHANE; VERBA, 2021). A discussão subsequente do capítulo orbita ao redor do desenho de pesquisa que conformaria essas quatro máximas, nomeadamente no que tange à construção da pergunta de pesquisa, ao uso e refinamento das teorias e à qualidade dos dados. Essa esquematização breve e objetiva, repleta de exemplos práticos de pesquisas em Ciência Política e RI, responde, em larga medida, pela importância do livro em cursos introdutórios de metodologia.

O capítulo 2 trata da inferência descritiva, trazendo uma definição concisa desta. Segundo os autores, “a inferência é o processo de usar os fatos que conhecemos para aprender sobre os fatos que não conhecemos”, sendo que “os fatos que desconhecemos são os sujeitos das nossas perguntas de pesquisa, teorias e hipóteses” e “os fatos conhecidos formam nossos dados ou observações (quantitativos ou qualitativos)” (KING; KEOHANE; VERBA, 2021, p. 45). De uma maneira mais técnica e particular, a inferência descritiva se refere à compreensão

² A lista de periódicos analisados pelos autores incluiu: *American Journal of Political Science*, *American Political Science Review*, *British Journal of Political Science*, *Public Administration*, *European Journal of Political Research*, *International Organization*, *Journal of Conflict Resolution*, *Journal of Politics*, *Political Psychology* e *World Politics*.

de um fenômeno não observado por meio de um conjunto de observações, distinguindo o componente sistemático do componente não sistemático do fenômeno (KING; KEOHANE; VERBA, 2021). Os exemplos elencados pelos autores ao longo do capítulo servem tanto para destacar essas definições, como também para formalizar a ideia de inferência, e para oferecer recomendações para lidar com problemas práticos de pesquisa. Nesse processo, o recurso às terminologias dos métodos quantitativos se torna mais evidente, e os autores se justificam alertando que essa é apenas uma maneira mais prática de consolidar os conceitos e discussões.

De maneira análoga, o capítulo 3 discute a inferência causal. Sua centralidade no livro advém do fato de que a concepção de explicação de KKV está profundamente associada à ideia de causalidade: a pesquisa científica, segundo os autores, adquire seu valor na medida em que revela relações causais. KKV reconhecem que o termo causalidade é “confuso” e, visando a esclarecê-lo, valem-se da linguagem característica das pesquisas quantitativas, qual seja, de variáveis dependente, independente e de controle. Não por acaso, o seu ponto de partida é o modelo causal de Rubin-Holland, ajustado à realidade das pesquisas sociais e resumido da seguinte forma: “o efeito causal é a diferença entre o componente sistemático das observações feitas quando a variável explicativa assume um valor e o componente sistemático de observações comparáveis quando a variável explicativa assume outro valor” (KING; KEOHANE; VERBA 2021, p. 80). É com base nesse modelo que os autores avaliam a inferência causal na pesquisa qualitativa e, outrossim, abordagens alternativas de causalidade, nomeadamente mecanismos causais (que especificam como as causas produzem efeitos), múltipla causalidade (quando um determinado resultado é causado pela combinação de diferentes variáveis independentes) e simetria/assimetria causal (diferenças dos efeitos causais entre o aumento e o decréscimo dos valores da variável explicativa). Nesse capítulo, KKV ainda discutem os pressupostos do modelo causal, especificamente a homogeneidade das unidades e a independência condicional entre variável independente e dependente, temas também abordados no artigo seminal de Paul W. Holland (1986). O capítulo se encerra com uma série de estratégias para o desenvolvimento de teorias causais, o que seria o objetivo fundamental das ciências sociais.

O capítulo 4 trata mais diretamente da constituição do desenho de pesquisa a partir das discussões sobre inferências descritiva e causal. A preocupação principal do capítulo consiste em traçar estratégias para evitar desenhos de pesquisa indeterminados, nos quais: (1) há mais inferências do que observações; e/ou (2) existe multicolinearidade entre as variáveis explicativas. Ademais, KKV descrevem problemas associados à escolha de casos (ou

observações, como preferem chamar para evitar a imprecisão do termo “caso”), especificamente às diferentes modalidades de viés de seleção. Conforme detalham com exemplos de pesquisas em Ciência Política e RI essas questões, os autores formalizam parte desses problemas por meio de modelos estatísticos simples.

O capítulo 5 se ocupa das diferentes fontes de erro e viés (bias) nas pesquisas em Ciência Política e RI. Valendo-se de uma discussão técnica traçada sob fortes paralelos com as soluções quantitativas para os referidos problemas, KKV oferecem recomendações “universais” aplicáveis a qualquer pesquisa quantitativa ou qualitativa. Ao discutirem viés e ineficiência, os autores alertam que “pesquisadores qualitativos tentam alcançar medidas exatas, mas eles geralmente têm menos precisão” (KING; KEOHANE; VERBA, 2021, p. 149), mas defendem que, devido a possuírem semelhanças quintessenciais, as pesquisas quantitativas e qualitativas estariam não só habilitadas, como disporiam das ferramentas para resolver esses problemas. A exposição do capítulo centra-se na comprovação dessa possibilidade, apresentando sugestões e recomendações para melhorar a escolha e a mensuração de variáveis, evitar a omissão de variáveis explicativas e lidar com a endogeneidade.

Finalmente, no capítulo 6, KKV delinham estratégias de aumento do número de observações com vistas a resolver problemas de incerteza e desenhos de pesquisa indeterminados. Eles analisam desde os estudos de um único caso, e como dentro deles é possível realizar diferentes observações; até estudos comparados, e como ampliar o número de observações nos mesmos (por exemplo, tomando as subunidades como observações), bem como lidar com os desafios associados a unidades analíticas heterogêneas. Em parte, o capítulo ecoa discussões realizadas tanto na pesquisa de política comparada (LIJPHART, 1971), como entre quantitativistas (KELLSTEDT; WHITTEN, 2015). Destaca-se, ainda, a breve atenção dada a *process tracing*, uma abordagem causal central na pesquisa qualitativa, e cujo potencial para produzir inferência causal os autores reconhecem. Mais do que uma conclusão pró-forma, KKV mantêm nesse espaço final a série de recomendações e estratégias que caracterizou os capítulos anteriores, demonstrando, ao fim e ao cabo, que os problemas e as soluções que se apresentam na pesquisa são, salvaguardadas as particularidades, similares para qualitativistas e quantitativistas. Em suas palavras:

Em princípio e na prática, os mesmos problemas de inferência existem na pesquisa quantitativa e qualitativa. A pesquisa desenhada para nos ajudar a compreender a realidade social só pode ter sucesso se seguir a lógica da inferência científica. Esta máxima se aplica à observação qualitativa, quantitativa, grande-n, pequeno-n, experimental, observacional, histórica,

etnográfica, observação participante e todas as outras pesquisas científicas sociais. No entanto, (...) os problemas fundamentais da inferência descritiva e causal são geralmente mais difíceis de evitar com um projeto de pesquisa de n pequeno do que de n grande (KING; KEOHANE; VERBA, 2021, p. 227)

Evidentemente, esse breve resumo dos capítulos não esgota a riqueza dos exemplos, questões, estratégias e recomendações discutidos pelos autores: na verdade, o tratamento cuidadoso de todos esses temas torna a obra mais palatável e curiosa para a leitora, apresentando o processo de pesquisa de uma maneira acessível para pesquisadoras em diferentes estágios de seu treinamento metodológico. Mesmo os modelos formais baseados em referenciais estatísticos são suficientemente acessíveis para quem possua conhecimentos elementares de pesquisa quantitativa.

Entretanto, a obra, desde sua publicação, tornou-se contenciosa dentro da Ciência Política (DOWDING, 2016; GOERTZ; MAHONEY, 2012). Em larga medida, o debate que KKV lançaram influenciou a disciplina tanto no mundo anglo-saxão, como nas demais academias nacionais, porém, de uma forma que se traduziu na tentativa de subsumir os métodos qualitativos à lógica inferencial dos métodos quantitativos. Como sintetiza Dowding:

Até certo ponto, (...) o debate moderno foi desencadeado por King, Keohane e Verba (1994) e sua afirmação de que existe uma lógica de inferência. A implicação subjacente da lógica da inferência é que apenas a evidência quantitativa pode (a) determinar a causalidade e (b) testar hipóteses extraídas da teoria. Uma resposta foi que a evidência qualitativa pode definir a causalidade (c) preenchendo as lacunas e ajudando a demonstrar os mecanismos reais e (d) usando um modelo diferente de causalidade. Curiosamente, em parte como resultado do debate, os estudos quantitativos estão sob crescente escrutínio de suas afirmações causais, levando a novas técnicas estatísticas e à virada experimental (DOWDING, 2016, p. 162)

As questões apontadas acima refletem-se nos três problemas sinalizados na introdução do artigo e sobre os quais me debruço na sequência: o problema da causalidade, o problema da explicação e a tentativa de unificação metodológica. A escolha não é fortuita: DSI esteve sob o escrutínio de pesquisadoras afiliadas a diversos campos dentro da Ciência Política e das RI que se devotam a questões epistemológicas e metodológicas. Embora discussões de tal natureza sejam frequentemente elididas por empiricistas (BEVIR, 2008), a repercussão de DSI acabou por gerar uma grande produção acadêmica sobre metodologia, tanto para reafirmar as posições de KKV (por exemplo, Kellstedt e Whitten, 2015), como para contestá-las (por exemplo, Goertz e Mahoney, 2012). A natureza da explicação e da causalidade constitui tema central nessas discussões. Paralelamente, desenvolvimentos de ordem institucional e sociológica na disciplina reativaram cismas entre qualitativistas e quantitativistas: foram os casos dos já mencionados

Movimento Perestroika e DA-RT. Com isso, a ideia de unificação metodológica foi posta em xeque.

O problema da causalidade

A concepção de causalidade de KKV delineada no texto fundamenta-se na inferência causal, estando atrelada à própria ideia de explicação causal. Embora os autores exponham brevemente outras concepções de causalidade – e defendam que elas não são incompatíveis com a sua –, há um profundo silêncio sobre as discussões filosóficas acerca do tema. Na verdade, por escolha deliberada, KKV elidem debates dessa natureza, restringindo-se tão somente a uma exposição da filosofia de Karl Popper, uma vez que ela serve aos interesses práticos de sua abordagem inferencial.

Os autores desenvolvem sua proposta de abordagem causal tomando como referência o texto do estatístico Paul W. Holland (1986), que se debruçou sobre a questão denominada de Problema Fundamental da Inferência Causal. De acordo com Holland, é impossível observar o valor de tratamento em uma unidade e o valor controle na mesma unidade para averiguar o efeito causal do tratamento sobre essa unidade (HOLLAND, 1986). Isso implicaria na impossibilidade da inferência causal, visto que a análise da relação de causalidade presume a capacidade de verificar se um dado tratamento dado à unidade gera algum efeito. Holland propõe uma saída estatística trabalhando com uma população em vez de uma única unidade para analisar o efeito causal médio, e parcela significativa dessa abordagem é utilizada por KKV em seu modelo causal.

KKV propõem que o modelo de Rubin-Holland seja ajustado ao contexto da Ciência Política: em vez de assumir uma posição determinística, que transparece no texto de Holland, a pesquisa política estaria mais bem situada sob uma perspectiva probabilística, dadas as incertezas subjacentes aos fenômenos sociais, intrinsecamente sujeitos à agência e à intencionalidade humanas (KING; KEOHANE; VERBA 2021). Os dados que as pesquisadoras coletam no mundo, mesmo resultando dessa miríade de incertezas, poderiam ser tratados de maneira a produzir inferências causais com o devido grau de confiança requerido pela ciência. Não por acaso, o conjunto de estratégias apresentado ao longo do livro – principalmente a partir

do quarto capítulo – serve justamente para conformar essa concepção de causalidade presente no modelo de Rubin-Holland-KKV³.

O tratamento dado por KKV à causalidade é, como se pode antecipar, contencioso. Cartwright salienta que o termo causa é um conceito multifacetado e intrinsecamente polissêmico, e aponta ao menos seis formas como a causalidade é compreendida atualmente: teoria probabilística da causalidade e métodos bayesianos de inferência causal; modularidade; invariância; experimentação; teorias de processo causal; e eficácia (CARTWRIGHT, 2007). Diante desse pluralismo filosófico, a ideia de uma única forma de expressar relações causais seria um empreendimento epistemológico e metodológico no mínimo suspeito. Contrariamente a essa proposta, a autora sugere que “nosso tratamento filosófico da causalidade deve deixar claro por que os métodos que usamos para testar afirmações causais fornecem boa garantia para os usos aos quais fazemos essas afirmações” (CARTWRIGHT, 2007, p. 2).

É na linha dessa sugestão que os críticos de KKV confrontam a sua visão de causalidade e sua relação com a inferência. Goertz e Mahoney (2012) apontam, por exemplo, que os qualitativistas se apoiam em outros ramos da matemática que não o estatístico subjacente ao modelo de Rubin-Holland-KKV: é mais frequente, na tradição qualitativista causal, o recurso à lógica, à teoria dos conjuntos e ao *process tracing*. Isso redundava em diferentes estratégias para evidenciar relações causais, como gráficos acíclicos (WALDNER, 2017), inferência bayesiana (BENNETT, 2008; 2014) e *Qualitative Comparative Analysis* (RAGIN; RIHOUX, 2004; RIHOUX, 2008), apenas para citar algumas. Gerring (2017) aponta que esses esforços demonstram o quanto a ideia de causalidade é multifacetada e, portanto, complicada, não podendo ser reduzida ao modelo quantitativo advogado por KKV. Nas RI, uma literatura sobre causalidade vem-se desenvolvendo principalmente desde os anos 1990, apontando que a disciplina tem se esquivado sistematicamente de examinar ontologicamente o significado de causa (KURKI, 2008; LEBOW, 2014; PATOMÄKI, 1996; SUGANAMI, 1996; WIGHT, 2006). Ao fazê-lo, dois processos ocorrem simultaneamente: primeiro, as pesquisadoras subscrevem a um ideal de causalidade fundamentado na concepção humeana de causa, tomando-a como dada e inequívoca; segundo, a noção de causa não é problematizada em sua essência, tornando-se meramente uma questão epistemológica (podemos descobrir as causas?) e metodológica (quais técnicas produzem e testam inferências causais?). Kurki resume:

³ Os autores se abstêm de adicionar seus sobrenomes ao modelo. Utilizo essa composição apenas para salientar a diferença entre o modelo original de Rubin-Holland e o modelo ajustado para a Ciência Política proposto por KKV, resultando no modelo Rubin-Holland-KKV.

Embora o modelo humeano de análise causal tenha seus pontos fortes no que tange a sistematizar a análise empírica de padrões gerais, ele é metodologicamente, epistemologicamente e ontologicamente restrito de maneiras importantes: metodologicamente, ele não confere um papel adequado às abordagens e aos métodos históricos, qualitativos, discursivos e interpretativos; epistemologicamente, provoca teóricos a estabelecer objetivos excessivamente objetivistas para o conhecimento social; e ontologicamente tem dificuldade em lidar com causas não observáveis, como ideias e razões, e a construção social da vida social (KURKI, 2008, p. 7).

Como resultado dessa complexidade da causalidade, ao elidirem uma discussão mais aprofundada sobre o tema, inclusive atrelando-o à questão da inferência causal, KKV perdem a oportunidade de ressignificar não só o que compreendem por causalidade, como também reconhecer a existência de outras abordagens filosóficas de relações causais. É somente em uma nota de rodapé distraída que os autores se descrevem como bayesianos, o que *per se* não explicita sua visão de causas (KING; KEOHANE; VERBA 2021). Mesmo na sua breve exposição sobre entendimentos alternativos de causalidade – na qual discutem mecanismos causais, múltipla causalidade e simetria –, mais interrogantes surgem do que são resolvidos, tornando a própria exposição dessas alternativas algo caricatural.

Mas, por que uma exposição da causalidade se faz necessária? Se a noção de causa é central na concepção de ciência e conhecimento científico proposta por KKV; e se aquilo que se entende por causa é ontologicamente indefinido, as implicações para a construção de um desenho de pesquisa são dramáticas, principalmente no que se refere: 1. Ao que são consideradas evidências válidas para a pesquisa; 2. Ao tipo de conhecimento social produzido (se objetivo, subjetivo/intersubjetivo); 3. À natureza dos processos causais e o que eles são capazes de englobar (ideias, razões, construção social, indicadores, estimadores, artefatos textuais concretos etc.). Porém, mais importante do que todos esses elementos, é a questão do tipo de explicação passível de ser produzida a depender do significado de causalidade que uma determinada pesquisa adote. Passo a essa questão na sequência.

O problema da explicação

Como visto, a explicação para KKV é definida estritamente em termos causais: ela é científica na medida em que consegue estabelecer relações de causalidade para os fenômenos empíricos. Porém, os autores elidem – seja por escolha deliberada, seja por recusar-se a um engajamento com a filosofia das ciências sociais – uma pluralidade de debates que envolvem as dimensões linguísticas, lógicas e filosóficas da explicação. Essa escolha transparece uma

concepção de explicação não só inequívoca, como também autointuitiva, o que não coaduna com as questões subjacentes ao tema.

Essa escolha não é surpreendente quando se considera que, embora a explicação seja central para a pesquisa científica, raramente as pesquisadoras em Ciência Política e RI explicitam os fundamentos metateóricos e metodológicos do que entendem por explicação em seus textos – mesmo naqueles publicados em periódicos de alto prestígio (CHERNOFF, 2014a). Isso em parte resulta da própria dinâmica do debate filosófico sobre a justificação do conhecimento, em cujo desenvolvimento figuram nomes como David Hume e sua crítica à causalção e à indução; Carl Hempel e Paul Oppenheim e seu modelo dedutivo-nomológico, baseado na concepção de explicação científica fundada em leis gerais (HEMPEL; OPPENHEIM, 1948); Saul Kripke (1980) e o debate sobre a referência, com implicações para a pluralidade de entendimentos sobre explicação nas ciências sociais contemporâneas (DOWDING, 2016); Karl Popper (2013) e o critério de falseabilidade para julgar modelos derivados a partir de teorias com base na sua capacidade de explicar dados empíricos do mundo real, apenas para mencionar alguns autores importantes na tradição empiricista da filosofia da ciência e filosofia da das ciências sociais. Subjacente ao empiricismo está a ideia da explicação como empiricamente adequada, ou seja, a virtude de uma teoria e suas explicações reside na sua capacidade de se “dar conta” do que existe no mundo real; e precisão preditiva frente aos fenômenos reais (CHERNOFF, 2014a; DOWDING, 2016).

Outras tradições de cunho antirrealista/antinaturalista, como a interpretativista, possuem ainda outras concepções de conhecimento – e, por conseguinte, de sua justificação – que rejeitam a noção de explicações causais e os métodos associados às mesmas (WINCH, 2008; YANOW; SCHWARTZ-SHEA, 2015). Para a interpretativista, a interpretação é “um processo de montar (mesmo que de uma maneira inconsciente) recursos culturais existentes para formar padrões específicos”, o que “envolve a manipulação de recursos intersubjetivos de significação” em um processo de conversação (JACKSON, 2015, p. 270), resultando em explicações que, em vez de consistirem em uma linearidade de causalidade, representam a circularidade da própria natureza subjetiva e intersubjetiva do conhecimento. A ideia de circularidade está profundamente associada à filosofia da linguagem desenvolvida por Ludwig Wittgenstein (2014), segundo a qual o processo de aprendizado e o uso da linguagem que constituem nossas experiências são intrinsecamente circulares, na medida em que envolvem o recorrente uso de palavras segundo regras pré-especificadas e dentro de contextos determinados. Em última instância, as palavras moldam o que sabemos do mundo e como nos

aproximamos dele, ao passo que são por nós mobilizadas para moldar a própria realidade. Disso resulta que uma explicação não está dissociada de nosso *Lebenswelt* (ou mundo vital): na verdade, as explicações que produzimos sobre o mundo resultam de nossas experiências individuais, mediadas pela linguagem e suas manipulações individuais (YANOW, 2015, p. 12).

Em uma posição diametralmente oposta ao interpretativismo, a explicação tem sido frequentemente associada ao conceito de previsão na Ciência Política e nas RI, principalmente dentro da vertente do realismo científico (CHERNOFF, 2014ab; DOWDING; LENINE, 2021). O termo em si carrega certa ambiguidade, e comumente provoca reações em setores que acusam as Ciências Sociais de emularem as Ciências Exatas – nomeadamente, a Física. Entretanto, a ideia de explicação como previsão alicerça-se em uma compreensão dupla: de um lado, encontra-se a previsão científica, que consiste na implicação lógica de um modelo teórico; e a previsão pragmática, que consiste em um prognóstico (*forecast*)⁴ de tipos de eventos futuros (DOWDING; MILLER, 2019). Dentre elas, apenas a previsão científica é intrinsecamente explicativa, vez que resulta de um *constructum* teórico logicamente organizado. Ademais, ela é explicativa na medida em que: 1. Um determinado “resultado y poderia ser diferente em uma situação contrafactual na qual a condição C não seria verificada, e poderíamos inferir qual valor y haveria assumido se a condição C* se verificasse” (DOWDING; MILLER, 2019, p. 1004); e 2. Um mecanismo causal está associado a essa relação entre a condição e o resultado (DOWDING; LENINE, 2021; YLIKOSKI, 2017). Como Chernoff sintetiza:

Uma previsão no contexto das ciências naturais ou sociais é ‘uma proposição singular ou geral que é indexada no futuro; é baseada em um corpo teórico racionalmente justificado, amplamente construído; pode ser baseada em evidências imperfeitas; pode ser determinístico ou probabilístico; e pode ser condicional, id est na forma: ‘se as condições C se verificarem, então o resultado E acontecerá (CHERNOFF, 2014b, p. 9)

Paralelamente nas RI, discussões metateóricas têm-se voltado para uma conformação do significado da explicação que advoga, a um só tempo, um comprometimento ontológico, epistemológico e metodológico com as concepções de causa e causação; bem como uma clarificação do que realmente significa explicar, sem recair nas tradições filosóficas dominantes na filosofia da ciência (JACKSON, 2011; KURKI, 2008; PATOMÄKI, 2017; KURKI; SUGANAMI, 2012; SUGANAMI, 1996)⁵. Explicar, de acordo com essa literatura, significa

⁴ Os termos em inglês *prediction* e *forecast*, nesse contexto, expressam essas diferentes formas de previsão. Traduzo a previsão pragmática como prognóstico apenas como forma de distinção desses termos.

⁵ Essa literatura recorre frequentemente ao realismo crítico de Roy Bhaskar.

transmitir um entendimento, o que *per se* flexibiliza a forma como produzimos explicações e, por conseguinte, conhecimento. Nesse contexto, o uso de narrativas causais é uma estratégia que permite conformar esse ideal de explicação, na medida em que “explicar a ocorrência de um evento na política mundial” significa “responder como os segmentos relevantes do mundo se moveram de um ponto particular no qual o evento ainda não ocorrera para um ponto no qual ele ocorreu” (SUGANAMI, 2008, p. 334). Processos mecanicistas, atos e intencionalidade humanos, ideias e construções sociais desempenham papel central na construção da explicação (KURKI, 2008). Afinal, como Jackson (2017) postula, oferecer uma explicação sobre um fenômeno é equivalente a oferecer um relato sobre “fazer algo acontecer”, este definido por um conjunto de instruções de natureza causal que redundam na produção do fenômeno.

Como se pode notar, a ideia de explicação está longe de ser consensual nas Ciências Sociais, o que lança dúvidas sobre a proposta de KKV, principalmente sobre uma derivação natural de sua proposta, qual seja, a determinação da melhor explicação entre explicações rivais. A hierarquização das explicações tem sido um desafio da pesquisa científica em Ciência Política e RI, mas é marginalmente discutida em KKV, mesmo quando os autores descrevem os métodos quantitativos e afirmam sua maior precisão lexical e formal. Em diversos campos de estudo, o acumulado de conhecimento sobre relações causais não permite distinguir quais delas têm maior poder explicativo: esse é o caso, por exemplo, dos estudos de proliferação nuclear, que apontam diversas causas para o fenômeno, inclusive com o uso de sofisticados modelos estatísticos, mas não conseguem ordenar essas causas em termos de poder explicativo (BELL, 2016; WINTER; LENINE, 2020) – mesmo sob uma perspectiva popperiana, referência filosófica constante nas discussões de KKV. Embora os autores apresentem a teorização (ou construção de melhores teorias) como passo fundamental para aprimorar nossas hipóteses, ainda persiste essa lacuna em sua exposição sobre explicações. Esta se agrava quando confrontada com a pluralidade de compreensões sobre a explicação, tais como as elencadas anteriormente, projetando uma sombra sobre a proposta de unificação da lógica de pesquisa, dos objetivos da ciência e da natureza do conhecimento produzido.

O problema da unificação metodológica

A esta altura, percebe-se que as divergências entre cientistas políticas e internacionalistas contrasta com a pretensão unificadora de KKV. Mesmo entre aquelas que adotam a perspectiva de inferência causal, subscrevendo a um ideal de explicação fundada na causalidade, há significativas diferenças na concepção de causa, na forma de elucidá-la e naquilo que se consideram evidências válidas para estabelecer relações de causalidade. KKV defendem uma forma, portanto, que se distancia das múltiplas práticas em ambas as disciplinas, o que projeta dúvidas sobre os seus objetivos normativos, nomeadamente no que tange à imposição de uma visão dogmática de ciência.⁶

Tal visão não se restringe somente a DSI: tanto King como Keohane demonstram em ocasiões distintas seu dogmatismo no que tange às formas supostamente adequadas de produção de conhecimento. Em artigo publicado na *Political Science and Politics*, King (2014) reafirma sua posição acerca dos métodos quantitativos e qualitativos, advogando uma cooperação maior entre eles. Porém, tal cooperação não se dá exatamente em pé de igualdade: muito pelo contrário, ela transparece a ideia de que os métodos qualitativos deveriam ser subsumidos aos métodos quantitativos. Keohane, em diferentes ocasiões, reafirma sua visão de causalidade como objetivo das ciências sociais. Destaco os debates travados com as feministas das RI, nos quais Keohane (1989; 1998) explicita que o valor da pesquisa feminista estaria justamente na sua capacidade de reproduzir o ideal de explicação causal. Essa perspectiva é esboçada principalmente em sua dicotomização entre racionalistas (como ele) e reflexivistas (KEOHANE, 1988), o que acende as suspeitas sobre suas intenções quanto à natureza do conhecimento científico em Ciência Política e RI.

À parte da obra de KKV, ambas disciplinas passam, desde meados dos anos 1990, por grandes debates metodológicos que reativam (e cristalizam) as cismas entre quantitativistas, qualitativistas e interpretativistas. Dois exemplos são marcantes no contexto anglo-saxão: o Movimento Perestroika e a DA-RT. O primeiro resultou de um e-mail anônimo iconoclasta enviado para os membros da APSA, no qual se denunciavam as preferências da associação e do seu principal periódico, a *American Political Science Review*, por abordagens quantitativas e da escolha racional. O fato desencadeou um intenso debate que obrigou a APSA a tomar iniciativas para remediar um problema de predileções metodológicas (LENINE;

⁶ O fato de KKV também se distanciarem dos debates na filosofia das ciências sociais sobre o tema da causalidade, engajando-se apenas com poucas concepções dentro das Ciências Sociais, torna seu projeto de lógica inferencial ainda mais deslocado dentro das interpretações sobre causalidade. Para uma breve e introdutória discussão sobre causalidade, ver Cartwright (2014) e Elster (1983).

MÖRSCHBÄCHER, 2020)⁷. A DA-RT, por sua vez, originou-se como uma mudança no Guia de Ética na Pesquisa da APSA, no qual se estabelecem diretrizes para facilitar o acesso a dados publicados em periódicos e assegurar a transparência na pesquisa. Dentre os diferentes documentos que constituem o guarda-chuva da DA-RT, destacam-se os guias para pesquisas quantitativas e qualitativas, nos quais se definem parâmetros e protocolos para elaborar as pesquisas de maneira transparente e de modo a facilitar a replicação a partir da disponibilização dos dados; e a Declaração Conjunta dos Editores de Periódicos, assinada por editores-chefes de periódicos de alto prestígio com o objetivo de adotar os preceitos da DA-RT. Isso causou inúmeras reações principalmente entre pesquisadoras qualitativistas e interpretativistas, conformando uma nova cisão entre as diferentes tradições metodológicas (LENINE; MÖRSCHBÄCHER, 2019).⁸

Mesmo em campos onde há maior tentativa de diálogo entre quantitativistas e qualitativistas – e aqui me refiro especificamente aos engajamentos em métodos mistos –, persistem entraves de natureza ontológica, epistemológica e metodológica para a unificação pretendida por KKV. Pesquisas que se valem de abordagens metodológicas distintas enfrentam, de antemão, o desafio de combinar diferentes concepções de causalidade em um único trabalho analítico: de um lado, a abordagem covariacional característica dos métodos quantitativos; e de outro, as abordagens mecanicistas e equifinais dos métodos qualitativos (CHATTERJEE, 2009; PARANHOS *et al.*, 2016; SILVA, 2015). Isso não significa, evidentemente, a impossibilidade de realização de investigações multimétodos: muito pelo contrário, ela tem sido vista como uma das principais formas de aprimorar a pesquisa em Ciência Política, principalmente em contextos comparados (COPPEDGE, 2009; GOEMANS, 2007; REZENDE, 2014; WITTENBERG, 2007). Entretanto, o desiderato de equacionar distintas concepções de causalidade aponta como a proposta de uma única lógica inferencial não é um problema resolvido – se o fosse, as concepções de causalidade não constituiriam per se uma questão –, menos ainda algo a ser menosprezado em um desenho de pesquisa.

Diante dessas complexidades, cabe questionar o quanto a lógica inferencial penetrou nas disciplinas de Ciência Política e RI desde a publicação de DSI a ponto de ser capaz de pacificar as disputas epistemológicas e metodológicas. Talvez a recorrência de discussões sobre

⁷ Para um aprofundamento no Movimento Perestroika, ver a coletânea editada por Kristen Renwick Monroe, *Perestroika! The Raucous Rebellion in Political Science* (2005).

⁸ Para um aprofundamento nos debates, checar o simpósio *Openness in Political Science*, publicado na *PS: Political Science and Politics*, volume 47, número 1; e o simpósio *Data Access and Research Transparency (DA-RT)*, publicado na *Comparative Politics Newsletter*, volume 26, número 1. Disponível em: https://www.comparativepoliticsnewsletter.org/wp-content/uploads/2021/04/2016_spring.pdf.

pluralismo e dogmatismo sejam um indicador, ainda que limitado, do problema em tela: se realmente quantitativistas e qualitativistas estivessem de acordo quanto a sua visão de ciência e de conhecimento, seriam necessárias iniciativas – como fóruns de discussão em conferências, congressos e associações nacionais – voltadas para assegurar que um determinado modelo de pesquisa não se torne dominante? A existência de uma preocupação com o dogmatismo revela um cenário ao menos contrafactual ao que afirmam King e Keohane não só no prefácio da nova edição, como no conjunto de DSI.

Desafios de DSI e apreço pela obra na contemporaneidade

A etimologia da palavra metodologia é reveladora sobre o que os gregos da Antiguidade Clássica pensavam sobre ela: *meta* significa “compartilhar”, “ação em comum”, “busca”; *hodos* significa “caminho”; e *logos* significa “estudo”, “explicação”, “verdade”. Quando combinadas, as três raízes formam uma compreensão mais ampla sobre metodologia: “uma busca compartilhada pela verdade”, “um estudo compartilhado da verdade”, “o caminho pelo qual um grupo legitima o conhecimento” entre outras possibilidades (HAWKESWORTH, 2015, p. 28). Esse exame etimológico aponta paralelos sobre nossos entendimentos contemporâneos sobre metodologia: estamos interessadas na busca conjunta pelo conhecimento (ainda que não nos termos clássicos de “verdade”); compartilhamos os modos (ou caminhos) pelos quais produzimos conhecimento; e, mais importante, definimos o que, como comunidade, merece o rótulo de conhecimento legítimo.

A obra de KKV, nesse sentido etimológico da palavra metodologia, cumpre um papel fundamental ao recomendar estratégias para essa busca de conhecimento sobre os fenômenos políticos e internacionais. É inegável que DSI, desde sua publicação, exerceu uma profunda influência nas academias de Ciência Política e RI, norteando discussões e contenciosos sobre desenhos de pesquisa, inferência e causalidade, bem como disputas internas na comunidade científica de cientistas políticas e internacionalistas. Esse caráter dual da recepção da obra demonstra sua importância para ambas as disciplinas, refletindo-se na maneira como cursos de metodologia são estruturados e nos próprios desenhos de pesquisa inspirados nas recomendações dos autores. Nesse sentido, DSI cumpriu sua missão: situou-se como um dos principais (senão, o principal) manual de metodologia de pesquisa em Ciência Política e RI, influenciando distintas gerações de pesquisadoras no que tange ao estudo dos fenômenos políticos e internacionais.

Ao mesmo tempo, um balanço não seria completo se não reconhecermos o papel que DSI desempenha no avanço de uma determinada concepção de ciência. Embora hoje a linguagem do pluralismo científico esteja em voga (TAHKO, 2021), pairam dúvidas sobre a extensão de tal pluralismo frente às tentativas – sutis e declaradas – de se definir um ideal de ciência e de produção de conhecimento. O tema é urgente e vem sendo tratado em diferentes fóruns de academias nacionais e internacionais, inclusive nos espaços da *International Political Science Association* (LENINE; MÖRSCHBÄCHER, 2020). Em larga medida, tal preocupação se justifica “dada a hierarquia de poder estabelecida dentro da disciplina na sequência da revolução comportamentalista”, vez que “‘o caminho’ para o conhecimento tem sido frequentemente apresentado como se fosse descomplicado, isento de valores e incontestável” (HAWKESWORTH, 2015, p. 28), o que tem redundado em preferências por métodos e abordagens causais específicos às custas da exclusão de métodos e abordagens causais (e não causais) alternativos.

No Brasil, a obra de KKV ainda possui um forte apelo como manual elementar de metodologia de pesquisa em Ciência Política e RI. Ambas as disciplinas ainda enfrentam dificuldades no que tange à especificação metodológica nas suas produções acadêmicas. Na Ciência Política, a sentença de Gláucio Soares (2005) sobre o calcanhar metodológico ainda se faz presente, tanto para quantitativistas como para qualitativistas (LENINE; MÖRSCHBÄCHER, 2020; NICOLAU; OLIVEIRA, 2017). Em RI, a situação é ainda mais grave: a vasta maioria dos estudos publicados no Brasil carece de qualquer referência a uma metodologia de pesquisa (CARVALHO *et al.*, 2021; MEDEIROS *et al.*, 2016). Nesse contexto, em que prevalecem desafios estruturais em termos do conhecimento sobre questões metodológicas, a reflexão sobre seu lócus na pesquisa e a mobilização de métodos específicos, o livro de KKV e as discussões por ele suscitadas se mostram ainda mais atuais e necessárias.

Conclusão

A obra de KKV segue sendo um marco não só entre os manuais de metodologia em Ciência Política e Relações Internacionais, como também nos debates metodológicos em ambas as disciplinas. Atual, DSI persiste no tempo como um clássico que influenciou os rumos dos debates metodológicos subsequentes a sua publicação. Nesse sentido, tornou-se leitura obrigatória justamente pela centralidade que adquiriu nas discussões sobre as maneiras como produzimos conhecimento científico sobre os fenômenos políticos e internacionais.

Como toda obra clássica, DSI é, também, contenciosa. Os argumentos defendidos por KKV foram vistos por uns como uma síntese do *modus operandi* das ciências sociais contemporâneas, ao passo que, para outros, demonstram-se como uma tentativa de estabelecer um modelo de ciência fundado em uma tradição de pesquisa que não necessariamente é espelhada por outras tradições. Talvez a maneira descomplicada como o livro é estruturado responda pela sua capacidade de convencimento, ainda que, nas entrelinhas (e, frequentemente, nas próprias linhas), transpareçam as formas e os estilos da pesquisa quantitativa.

Independentemente da posição que assumamos em relação a DSI e, até mesmo, aos autores, os debates provocados iluminam questões frequentemente negligenciadas pelas cientistas políticas. Discussões epistemológicas e metodológicas costumam ser colocadas em segundo plano frente à urgência de se compreender o mundo real. KKV alertam para os problemas de tal postura em uma ciência que recorrentemente se confronta com a incerteza, as dificuldades de observar e mensurar os fenômenos reais, bem como de converter pressupostos teóricos em modelos empíricos passíveis de teste. Elidir reflexões de natureza epistemológica e metodológica seria, portanto, uma estratégia equivocada, que redundaria em pesquisas potencialmente inconsistentes com os elementos básicos de explicação, interpretação e projeção no mundo real.

Destarte, ao revisitar a obra de KKV, propus atentarmo-nos para temas que contribuem para essas reflexões. Ao compreendermos o que significa explicar e como a causalidade se insere dentro das possibilidades explicativas e de produção de conhecimento, melhoramos a nossa prática como pesquisadoras. É nesse contexto que o legado de DSI permanece atual: não se trata apenas de um manual de metodologia de pesquisa, mas sim de um convite a pensarmos e repensarmos nossas pesquisas, fundamentando-as ontológica, epistemológica e metodologicamente de maneira consistente. Nesse processo, a abertura a diferentes modalidades de produção de conhecimento e filosofias das ciências sociais se torna um

desiderato da pesquisa política. Perder de vista tal abertura significa cair em uma visão estreita de ciência e, por conseguinte, de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BELL, M. S. Examining Explanations for Nuclear Proliferation. **International Studies Quarterly**, [S. l.], v. 60, n. 3, p. 520–29, 2016.

BENNETT, A. Process Tracing: A Bayesian Perspective. *In*: BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. (org.). **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 702-721.

BENNETT, A. Process Tracing with Bayes: Moving Beyond the Criteria of Necessity and Sufficiency. **Qualitative & Multi-Method Research**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 46-51, 2014.

BEVIR, M. Meta-methodology: Clearing the Underbrush. *In*: BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. (org.). **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 48-70.

CARTWRIGHT, N. **Hunting Causes and Using Them**: Approaches in Philosophy and Economics. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CARTWRIGHT, N. Causal Inference. *In*: CARTWRIGHT, N.; MONTUSCHI, E. (org.). **Philosophy of Social Science: A New Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 308-326.

CARVALHO, T.; GABRIEL, J. P. N.; LOPES, D. B. ‘Mind the Gap’: Assessing Differences between Brazilian and Mainstream IR Journals in Methodological Approaches. **Contexto Internacional**, [S. l.], v. 43, n. 3, p. 461-488, 2021.

CHATTERJEE, A. Ontology, Epistemology, and Multi-Methods. **Qualitative & Multi-Method Research**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 11-15, 2009.

CHERNOFF, F. **Explanation and Progress in Security Studies**: Bridging Theoretical Divides in International Relations. Stanford: Stanford University Press, 2014a.

CHERNOFF, F. Causal Argument in IR: Regularity, Singular Cause, and Inefficient Cause. **Qualitative & Multi-Method Research**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 6-11, 2014b.

COPPEDGE, M. Speedbumps on the Road to Multi-Method Consensus in Comparative Politics. **Qualitative & Multi-Method Research**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 15-17, 2009.

DOWDING, K. **The Philosophy and Methods of Political Science**. Londres: Routledge, 2016.

DOWDING, K.; LENINE, E. Models, Conceptual and Predictive: A Response to Johnson's Models-as-Fables. **Perspectives on Politics**, FirstView, 2020. DOI: 10.1017/S1537592721002000.

DOWDING, K.; MILLER, C. On prediction in political science. **European Journal of Political Research**, [S. l.], v. 58, n. 3, p. 1001-1018, 2019.

ELSTER, J. **Explaining Technical Change: A Case Study in the Philosophy of Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

GERRING, J. Qualitative Methods. **Annual Review of Political Science**, [S. l.], v. 20, p. 15-36, 2017.

GOEMANS, H. E. Qualitative Methods as an Essential Complement to Quantitative Methods. **Qualitative & Multi-Method Research**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 11-13, 2007.

GOERTZ, G.; MAHONEY, J. **A Tale of Two Cultures: Qualitative and Quantitative Research in the Social Sciences**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

HAWKESWORTH, M. Contending Conceptions of Science and Politics: Methodology and the Constitution of the Political. In: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. (org.). **Interpretation and Method: Empirical Research Methods in the Interpretive Turn**. 2. ed. Londres: Routledge, 2015. p. 27-49.

HEMPEL, C. G.; OPPENHEIM, P. Studies in the Logic of Explanation. **Philosophy of Science**, [S. l.], v. 15, p. 137-175, 1948.

HOLLAND, P. W. Statistics and Causal Inference. **Journal of the American Statistical Association**, [S. l.], v. 81, n. 396, p. 945-960, 1986.

ISAACS, J. C. For a More Public Political Science. **Perspectives on Politics**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 269-283, 2015.

JACKSON, P. T. **The Conduct of Inquiry in International Relations**. London: Routledge, 2011.

JACKSON, P. T. Making Sense of Making Sense: Configurational Analysis and the Double Hermeneutic. In: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. (org.). **Interpretation and Method: Empirical Research Methods in the Interpretive Turn**. 2. ed. Londres: Routledge, 2015. p. 267-283.

JACKSON, P. T. Causal claims and causal explanation in international studies. **Journal of International Relations and Development**, [S. l.], v. 20, p. 689-716, 2017.

KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. **Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política**. São Paulo: Blucher, 2015.

KEOHANE, R. O. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

KEOHANE, R. O. International Relations Theory: Contributions for a Feminist Standpoint. **Millennium: Journal of International Studies**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 245-253, 1989.

KEOHANE, R. O. Beyond Dichotomy: Conversations Between International Relations and Feminist Theory. **International Studies Quarterly**, [S. l.], v. 42, p. 193-198, 1998.

KING, G. Restructuring Social Science: Reflection from Harvard's Institute for Quantitative Social Science. **PS: Political Science and Politics**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 165-173, 2014.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research (New Edition)**. Princeton: Princeton University Press, 2021.

KURKI, M. **Causation in International Relations: Reclaiming Causal Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KURKI, M.; SUGANAMI, H. Towards the politics of causal explanation: a reply to the critics of causal inquiries. **International Theory**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 400-429, 2012.

KRIPKE, S. **Naming and Necessity**. Oxford: Blackwell, 1980.

LEBOW, R. N. **Constructing Cause in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LENINE, E.; MÖRSCHBÄCHER, M. La iniciativa DA-RT en la ciencia política estadounidense: discursos acerca de una política de transparencia y acceso a datos. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, [S. l.], v. LXIV, n. 235, p. 109-138, 2019.

LENINE, E.; MÖRSCHBÄCHER, M. Pesquisa bibliométrica e hierarquias do conhecimento em Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], v. 31, p. 123-160, 2020.

LIJPHART, A. Comparative Politics and Comparative Method. **American Political Science Review**, [S. l.], v. 65, n. 3, p. 682-698, 1971.

MEDEIROS, M. A.; BARNABÉ, I.; ALBUQUERQUE, R.; LIMA, R. What does the field of international relations look like in South America? **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 1-31, 2016.

MONROE, K. R. (org.). **Perestroika! The Raucous Rebellion in Political Science**. New Haven: Yale University Press, 2005.

NICOLAU, J.; OLIVEIRA, L. Political science in Brazil: An analysis of academic articles (1966-2015). **Sociologia e Antropologia**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 371-393, 2017.

PARANHOS, R.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C.; SILVA JÚNIOR, J. A.; FREITAS, D. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, [S. l.], v. 18, n. 42, p. 384-411, 2016.

PATOMÄKI, H. How to Tell Better Stories about World Politics. **European Journal of International Relations**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 105-133, 1996.

PATOMÄKI, H. Praxis, politics and the future: a dialectical critical realist account of world-historical causation. **Journal of International Relations and Development**, [S. l.], v. 20, p. 805-825, 2017.

POPPER, K. **A Lógica da Pesquisa Científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

RAGIN, C. C.; RIHOUX, B. Qualitative Comparative Analysis (QCA): State of the Art and Prospects. **Qualitative & Multi-Method Research**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 3-13, 2004.

REZENDE, F. C. Fronteira de integração entre métodos quantitativos e qualitativos na Ciência Política comparada. **Teoria & Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 40-74, 2014.

RIHOUX, B. Case-oriented Configurational Research: Qualitative Comparative Analysis (QCA), Fuzzy Sets, and Related Techniques. In: BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. (org.). **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 722-736.

SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [S. l.], v. 48, p. 27-52, 2005.

SUGANAMI, H. **On the Causes of War**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

SUGANAMI, H. Narrative Explanation and International Relations: Back to Basics. **Millennium: Journal of International Studies**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 327-356, 2008.

SCHWARTZSHEA, P.; YANOW, D. Legitimizing Political Science or Splitting the Discipline? Reflections on DA-RT and the Policy-making Role of a Professional Association. **Politics & Gender**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. e11, 2016.

SILVA, G. P. Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 30, n. 88, p. 115-129, 2015.

TAHKO, T. E. **Unity of Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

YANOW, D. Thinking Interpretively: Philosophical Presuppositions and the Human Sciences. In: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. (org.). **Interpretation and Method: Empirical Research Methods in the Interpretive Turn**. 2. ed. Londres: Routledge, 2015. p. 5-26.

YLIKOSKI, P. Micro, Macro, and Mechanisms. In: KINCAID, H. (org.). **The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 21-45.

WALDNER, D. Process Tracing and Causal Mechanisms. *In*: KINCAID, H. (org.). **The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 65-84.

WIGHT, C. **Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WINCH, P. **The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy**. Londres: Routledge, 2008.

WINTER, P.; LENINE, E. Survival of the best fit: modelling nuclear proliferation. **International Interactions**, [S. l.], v. 46, n. 5, p. 832-845, 2020.

WITTENBERG, J. Peril and Promise: Multi-Method Research in Practice. **Qualitative & Multi-Method Research**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 19-22, 2007.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não foi necessário tramitar por Comitê de Ética (a pesquisa não envolve sujeitos humanos).

Disponibilidade de dados e material: Não aplicável.

Contribuições dos autores: Autor único.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

